

Editorial: outros mundos possíveis

Editorial: other possible worlds



<https://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.14823>

Talvez estejamos muito condicionados a uma ideia de ser humano e a um tipo de existência. Se a gente desestabilizar esse padrão, talvez a nossa mente sofra uma espécie de ruptura, como se caíssemos num abismo. Quem disse que a gente não pode cair? Quem disse que a gente já não caiu?

- Ailton Krenak, em **A humanidade que pensamos ser**

Peço que consideremos a perspectiva a partir da qual olhamos, questionando de modo vigilante com quem nos identificamos, quais imagens amamos. Se nós, pessoas negras, aprendemos a apreciar imagens odiosas de nós mesmos, então que processo de olhar nos permitirá reagir à sedução das imagens que ameaçam desumanizar e colonizar? É evidente que esse é o jeito de ver que possibilita uma integridade existencial que consegue subverter o poder da imagem colonizadora. Apenas mudando coletivamente o modo como olhamos para nós mesmos e para o mundo é que podemos mudar como somos vistos. Neste processo, buscamos criar um mundo onde todos possam olhar para a negritude e para as pessoas negras com novos olhos.

- bell hooks

O mundo, tal como o conhecemos, foi sendo forjado no curso da história a partir de uma correlação global de forças que fez com que o modelo de humanidade elaborado a partir da Europa se tornasse hegemônico. Podemos considerar, deste modo, que, para muitos dos povos submetidos pelo poderio europeu, a ruptura que levou à queda no abismo ocorreu há cinco, quatro séculos.

Mas, Ailton Krenak, com suas afirmações, também apresenta a possibilidade de surgimento de um outro horizonte de expectativas caso nos coloquemos em posição de enfrentamento e desestabilização desse ideário ocidental, promovendo novas rupturas, nos levando à queda no abismo – num outro abismo, ainda a ser vivido, conhecido, experienciado.

Da ruptura, um outro mundo pode ser construído, um novo sentido de ser humano que ultrapasse o modelo branco, ocidental, masculino, violento, proprietário. A caminhada para a queda passa pela crítica ao modelo civilizacional no qual estamos inseridas/os hoje, caracterizado por sua capacidade de submeter grandes contingentes humanos, por construir pânico morais, por garantir uma poderosa rede de apoio para aqueles que estão em posição mais alta na pirâmide social, por manter vigorosas falácias como a de que somos todas/os iguais, mesmo que apenas perante a lei.

Não somos iguais, somos diferentes, e as diferenças têm sido utilizadas para nos lançar em realidades de profunda desigualdade, marcadas pelas várias formas assumidas pela violência de

gênero, pela aporofobia, pelo racismo, pelo ageísmo etc.

Nesse sentido, é com satisfação que apresentamos a edição número 26 de **albuquerque: revista de história**, publicação do curso de História e do Programa de Estudos Culturais, ambos do Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que traz o riquíssimo dossiê **Gênero em perspectiva multidisciplinar**, que participa da necessária crítica que pode nos levar a uma nova sociedade. Agradecemos o trabalho árduo das pessoas que organizaram o dossiê e que contaram com a generosidade de pesquisadoras, pesquisadores e ativistas para fomentar esse profícuo debate que ora apreciamos.

Num país como o Brasil, o gênero e as relações de poder engendradas a partir dessa categoria são geralmente naturalizadas e organizam práticas que produzem assimetrias de poder entre os corpos masculinos/femininos, heterocisnormalizados e transgêneros, especialmente racializados. Essas práticas nos levam a indagar quais são as conexões possíveis entre gêneros, regimes de visibilidade e democracia nas sociedades ocidentais. Seria a democracia um regime que privilegia os homens, principalmente os brancos, em detrimento das mulheres e da população formada por travestis, transexuais, transgêneros, lésbicas, bissexuais, gays, *queers* e intersexos, em razão de considerá-los frágeis? Ou, por considerá-los abjetos, passíveis de humilhação, violência e eliminação? Por que esses sujeitos são atacados? A quem pertence a soberania acerca dos corpos que devem ser mantidos vivos e quais não? E, caso sejam mortos, quais são os corpos passíveis de luto?

No discurso de naturalização das diferenças sob a égide da equivalência da diversidade, levantado pelos grupos conservadores, as vidas precárias são plasmadas em regulações e hierarquias de poder mantenedoras de uma necropolítica. Isso tudo, para manter as desigualdades e a mortificação de gênero e um poder dominante do homem branco, heterossexual e rico sobre todas as outras vidas. Para que isso se mantenha, é preciso reafirmar que as diferenças entre homens e mulheres são naturais, sobretudo por expressar que tal naturalização advém da dissimilitude sexual e genital, e não de um constructo sociocultural. Audre Lorde (2021, p. 143) escreveu:

Em algum lugar, no limite da consciência, existe o que eu chamo de *norma mítica*, que todas sabemos em nosso coração que “não somos nós”. Nos Estados Unidos, essa norma geralmente é definida como branco, magro, jovem, heterossexual, cristão e financeiramente estável. É nessa norma de poder que residem as armadilhas do poder nessa sociedade.

Compreender que as diferenças sexuais não são naturais, mas construídas socialmente e estão em disputa, é assumir a influência de uma imposição cisheterossexista sobre as corporeidades, eróticas e sexualidades humanas. Apesar de todos esses entraves, os corpos de mulheres e da população LGBTQIA+ resistem e nos mostram que outras histórias são possíveis.

Assim, neste número encontraremos artigos que versam sobre as experiências socioculturais, corporais e de luta de mulheres cisgêneras e transexuais que enfrentam o patriarcado, o sexismo e racismo, dentro e fora do território brasileiro; e ainda sobre os desafios para a re-existência da população LGBTQIA+, como no caso das travestis que ocuparam os palcos dessa nação e das crianças “viadas” que nos ensinam todos os dias a compreender e respeitar as diferenças.

Na seção ensaios recebemos a contribuição da artista, cantora, compositora, atriz, performer

Linn da Quebrada que, deslizando no fio da navalha, promove o inovador e potente de “terrorismo de gênero” que transforma seu corpo e suas performances em armas contra a violência do patriarcado.

Nas traduções, apreciaremos os textos **Gênero e Teoria Queer**, de Teresa de Laurentis, e **Gênero: ainda é uma categoria útil de análise?**, de Joan Wallach Scott, que representam o empenho das/os tradutoras/es na divulgação de teorias e análises inéditas em solo brasileiro.

Contamos ainda com a entrevista de Jaqueline Gomes de Jesus psicóloga, escritora e ativista brasileira que tem se dedicado a pensar uma teoria transfeminista.

Leitoras e leitores encontram também três resenhas e uma nova seção intitulada **Crítica cultural**, que conta com dois contos acerca do erotismo e foram produzidos no contexto da pandemia da Covid-19.

Esse Editorial é escrito no dia em que o movimento feminista negro e todos os demais movimentos que lutam pela emancipação humana perdem a escritora e ativista bell hooks, que há décadas tem nos ensinado a transgredir, nos solicitando a vivência de uma ética amorosa no mundo. Que seu legado permaneça. bell hooks nos deixa os anseios de uma crítica cultural e política que leve em consideração os olhares negros.

Leiam, apreciem. Com bell hooks, resistamos.

Os editores!

Referências

Albuquerque: revista de história. Aquidauana, v. 13, n. 26, jul./dez. 2021.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. 3 reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.